



Rede CIN

Rede Brasileira de Centros
Internacionais de Negócios

Clipping de Notícias
Comércio Exterior
17 de junho de 2016



CIN

Centro Internacional de Negócios
do Distrito Federal



2016. Federação das Indústrias do Distrito Federal – Sistema Fibra

Todos os direitos reservados.

Informações e contatos

Federação das Indústrias do Distrito Federal – Sistema Fibra

Instituto Euvaldo Lodi – IEL/DF

Centro Internacional de Negócios – CIN/DF

SIA Trecho 3/4 Lote 225

Telefone: (61) 3362-6122

Site: www.sistemafibra.or.br

Presidente do Sistema Fibra

Jamal Jorge Bittar

Diretor Secretário

Paulo Eduardo M. de Ávila e Silva

Superintendente do IEL/DF

Cláudio Rodrigues Tavares

Centro Internacional de Negócios**Gerente**

Viviane Brunelly Tavares Ribeiro

Equipe técnica

José Fernando Dantas de Sousa

Sumário

MDIC

Ministro Marcos Pereira recebe embaixador da Turquia no Brasil..... 4

Marcos Pereira: “A economia brasileira começa a surpreender positivamente o mercado” . 5

DCI

Setores industriais podem alavancar o PIB..... 6

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

Brasil se candidata à presidência do Codex Alimentos..... 7

EBC

Setor Industrial não quer reconhecimento da China como economia de mercado 8

Ministro Marcos Pereira recebe embaixador da Turquia no Brasil

Fonte: MDIC

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Marcos Pereira, recebeu nesta quinta-feira o embaixador da Turquia no Brasil, Hüseyin Diriöz. Na ocasião, o embaixador convidou Marcos Pereira para a Feira Internacional de Esmira (Izmir), que acontece em agosto deste ano.

Durante a reunião, o ministro e o embaixador conversaram sobre a importância de firmar parcerias entre os dois países. Segundo Marcos Pereira, os negócios entre o Brasil e a Turquia tem potencial para crescer ainda mais. O ministro afirmou que o MDIC está de portas abertas para a possibilidade de aumentar o comércio com a Turquia e com outros países.

O embaixador Hüseyin Diriöz disse que a Turquia apoia o diálogo entre o Mercosul e a União Europeia, porque trará ganhos econômicos para o país, que possui acordo aduaneiro com o bloco europeu. O embaixador ressaltou, ainda, interesse em receber missão empresarial brasileira a fim de que sejam exploradas novas oportunidades de negócios entre os países.

O deputado César Halum (PRB-TO), coordenador do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, também acompanhou a reunião.

Leia em:

<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=1553>

Marcos Pereira: “A economia brasileira começa a surpreender positivamente o mercado”

Fonte: MDIC

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, cumpre agenda hoje, em Medellín, na Colômbia, durante o Fórum Econômico Mundial para a América Latina. Após vários encontros bilaterais, pela manhã, o ministro participou do almoço do "Business Interaction Group – Brazil", onde falou a empresários de vários países e setores que, apesar do Brasil estar passando por um momento delicado, já há sinais de recuperação. Marcos Pereira destacou o compromisso da equipe econômica em trazer a inflação de volta para o centro da meta de 4,5% ao ano e também de reconstruir o chamado tripé macroeconômico: controle da inflação, responsabilidade fiscal, e câmbio flutuante.

“A retração do PIB no primeiro trimestre deste ano, de 0,3%, foi bastante inferior àquela projetada pelo mercado, que previa uma queda de 0,8%. E, em um momento em que a economia brasileira começa a surpreender positivamente o mercado, não temos como deixar de mencionar que o superávit comercial obtido nos quatro primeiros meses do ano, superior a 13 bilhões de dólares, é o maior já registrado na série histórica”, acrescentou.

Marcos Pereira falou também sobre a posição brasileira no comércio internacional e as estratégias para ampliar a participação do país no comércio mundial. “Não é razoável que uma das maiores economias do mundo, como o Brasil, ocupe apenas a 25ª posição e detenha apenas 1,2% do comércio mundial”, afirmou. “Temos adotado uma estratégia mais agressiva, com assinatura de mais acordos e com maior abrangência temática. Não estamos falando de uma inserção a qualquer custo. Estamos falando de uma inserção qualificada, a partir de uma avaliação dos interesses brasileiros concretos, desenhada em conjunto ao setor privado, e não em resposta a pressões”, disse o ministro.

Em relação à nova postura do Brasil, Marcos Pereira mencionou algumas ações recentes lideradas pelo MDIC, que já apresentam resultados: houve assinatura de acordos com os Estados Unidos nas áreas de convergência regulatória, facilitação de comércio e propriedade intelectual - três temas relevantes para a indústria nacional. Além disso, em maio, foi realizada a troca de ofertas entre Mercosul e União Europeia, depois de 14 anos de negociações. Outro resultado recente foi a elaboração de um modelo inovador de acordo de investimentos, focado em um novo padrão de governança, na mitigação de riscos e na prevenção das controvérsias. O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) já foi assinado com sete países, sendo três na África e quatro na América Latina: Colômbia, México, Chile e Peru. No momento, o Brasil negocia ACFIs com o Mercosul e com países da Ásia, África e Oriente Médio.

Leia em:

<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=1554>

Setores industriais podem alavancar o PIB

Fonte: DCI

Alguns segmentos da indústria já começam a reagir e podem ajudar na recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) a partir do próximo ano, avaliam economistas da MacroSector Consultores.

Em evento realizado ontem em São Paulo, o consultor Fábio Silveira ressaltou que a estabilidade do câmbio será fundamental para sustentar a retomada da atividade industrial e, portanto, da economia brasileira.

"Dos 25 segmentos industriais, cinco já vêm mostrando algum respiro, o que não estava acontecendo até o final do ano passado", disse ele, destacando que a desvalorização do real frente ao dólar permitiu a esses setores obter "alguma recuperação" via exportação ou substituição de importados, conforme noticiado pelo jornal DCI.

Leia em:

<http://www.dci.com.br/economia/setores-industriais-podem-alavancar-pib-id555618.html>

Brasil se candidata à presidência do Codex Alimentos

Fonte: Mapa

O ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) oficializou a candidatura brasileira à presidência da Comissão do Codex Alimentarius (CAC), com a indicação do fiscal federal agropecuário e médico veterinário Guilherme Antonio da Costa Jr. Esta é a primeira vez que o governo brasileiro indica um nome para concorrer a presidente do Codex.

Criada em 1963 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a CAC é reconhecida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como referência internacional para a solução de disputas sobre inocuidade alimentar e proteção da saúde do consumidor.

O Codex trabalha em temas relacionados à rotulagem de alimentos, higiene alimentar, aditivos alimentares, resíduos de pesticidas e procedimentos de avaliação da inocuidade de alimentos derivados da biotecnologia moderna, entre outros. Além disso, emite orientações para o tratamento de sistemas de inspeção e certificação oficiais na importação e exportação de alimentos.

Participação brasileira

Desde 1968, o governo brasileiro participa de diferentes fóruns do Codex. Atualmente, Guilherme Antonio ocupa uma das vice-presidências da comissão desde 2014. Além de suas atribuições na comissão, Guilherme desenvolve atividades no Departamento de Negociações Não Tarifárias da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Mapa.

O servidor de carreira do Mapa também foi adido agrícola do Brasil junto à OMC. No Mapa, ele foi coordenador-geral de Negociação na Organização Mundial do Comércio de 2005 a 2008 e diretor do Departamento de Negociações Sanitárias e Fitossanitárias de 2008 a 2010. Também participou das delegações brasileiras nas reuniões do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Comitê SPS) desde 2005 e contribuiu com as atividades junto ao Comitê Codex Alimentarius do Brasil (CCAB) de 1992 a 2010.

Até o momento, dois dos três vice-presidentes do Codex Alimentarius já lançaram as suas candidaturas à presidência. Além de Guilherme Antonio, o representante do Mali informou que vai concorrer ao cargo de presidente. A eleição ocorrerá na 40ª Reunião da Comissão do Codex Alimentarius, prevista para o período de 3 a 7 de julho de 2017, em Genebra (Suíça). O Codex tem 187 países participantes.

Leia em:

<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2016/06/brasil-se-candidata-a-presidencia-do-codex-alimentarius>



CIN
Centro Internacional de Negócios
do Distrito Federal



Setor Industrial não quer reconhecimento da China como economia de mercado

Fonte: Agência Brasil

A maior parte das indústrias brasileiras é contra o reconhecimento da China como economia de mercado, afirmou hoje (16) o diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Augusto Fernandes. "Nesse momento, a maioria da indústria no Brasil é favorável ao não reconhecimento. Existem, no entanto, setores que têm uma posição contrária", ressaltou, durante encontro da Câmara de Comércio Internacional.

A China foi aceita como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Na época foi estabelecido um prazo até dezembro de 2016 para que o país adotasse regras internacionais para poder ser reconhecido como uma economia de mercado. Segundo a OMC, cada país deverá decidir se a China será tratada como economia aberta, o que dificulta a aplicação de medidas *antidumping*.

"Esse é um tema que está na agenda, não apenas do Brasil, mas de vários outros países. Nós tivemos uma reunião há 15 dias, na França, com as organizações empresariais do G20, e esse tema também foi colocado", acrescentou Fernandes. Para ele, o Brasil deverá observar o posicionamento de outras nações antes de fechar uma posição. "Essa decisão que o Brasil vai tomar não será isolada, ele vai observar o que os outros países estarão adotando", enfatizou.

Apesar dos avanços da China em áreas como relações trabalhistas e meio ambiente, Fernandes acredita que os incentivos governamentais a alguns setores da economia ainda representam uma vantagem competitiva irregular pelas regras do comércio internacional. "É importante perceber que a China mudou muito nos últimos 20, 30 anos. Os salários da região de Xangai são muito próximos dos que são pagos no Brasil. Há mudanças importantes. A questão, que tem relação com o *antidumping*, que é o principal tema do reconhecimento da economia de mercado, não tem relação com a legislação trabalhista, nem a questão dos custos salariais ou ambientais, e mais dos subsídios governamentais às empresas".

A China é o principal parceiro comercial do Brasil. Em 2015, as empresas chinesas venderam US\$ 35,6 bilhões em produtos para o Brasil, enquanto as companhias brasileiras faturaram US\$ 30, 7 bilhões com o comércio com os chineses.

Leia em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/cni-setor-industrial-nao-quer-reconhecimento-da-china-como-economia-de>